

**VULNERABILIDADE DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
URBANO: ESTUDO DE CASO - TUPÃ****Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin¹**

RESUMO: As características socioambientais em nossa sociedade nos alerta para o uso da cultura e da história como ingredientes básicos para especulação dos espaços em nossas cidades, os quais se tornaram dependentes da imagem que seu patrimônio, sua história e suas instituições culturais ajudaram a criar. O avançar dos discursos sobre a cultura, o patrimônio e a preservação urbana não tem evitado que importantes referências da história de nossas cidades espalhadas pelo país, tenham sido – ou corram o risco de ser - destruídas pelo avanço indelével do mercado imobiliário, situação que põe em risco principalmente, nosso patrimônio moderno. Este problema pode ser explicado em razão de uma herança cultural relativamente recente, resultando em um não reconhecimento destes patrimônios para uma potencial exploração turística, de entretenimento ou do chamado consumo “cultural”. Dois estudos de caso em Tupã, cidade de pequeno porte no interior do Estado de São Paulo, ilustrarão o problema recorrente e presente nas demais cidades do Brasil. O primeiro envolvendo a Matriz de São Pedro, edificação destinada ao uso para fins religiosos, localizada no coração da cidade - no centro da praça principal, estando no momento passando por um processo de intervenções físicas; o outro exemplo refere-se e ao edifício construído na década de trinta, para ser uma das primeiras estações rodoviárias do país, situado também no centro da cidade e que em razão à diversos fatos se encontra totalmente abandonado e vazio, e com o agravante de estar em avançado estado de deterioração, provocando intensas críticas nos diversos segmentos da sociedade local, quanto as possibilidades de seu destino.

Palavras-chave: Preservação. Patrimônio Moderno. Limites de Preservação.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP. E-mail: jeanerosin@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Os processos de globalização vivenciados no mundo moderno têm incentivado o culto ao consumo cultural e a uma economia voltada, em parte, ao desenvolvimento do turismo.

Para atingir-se a tais expectativas, observa-se uma crescente importância ao lugar designado à arquitetura e ao urbanismo levando a uma forte dependência das cidades para com a imagem que seu patrimônio material e imaterial, sua história e suas tradições culturais.

Esse processo acabou repercutindo, na maioria das vezes negativamente na preservação do patrimônio moderno, tornando-o vulnerável aos interesses político e econômicos do poder público e do mercado imobiliário.

Neste contexto, seria compreensível iniciar essa breve reflexão referente ao patrimônio considerando as diversas abordagens: aquelas que envolvem a historicidade do termo, aquelas relacionadas a definição do objeto que constituirá ou não, num bem patrimonial, como também aos usos conferidos a esse patrimônio. Para a questão que emerge, o maior desafio está no estabelecimento de um ambiente sinérgico, apto a realização de um diálogo construtivo, emancipatório e inovador pautado pelo respeito às diferentes visões. Como bem afirmou o sociólogo Edgar Amorim (2000), torna-se emergente, buscar estratégias e alternativas de conceber a temática do patrimônio rompendo com atual visão – míope, daltônica e torta. Em meio a tais apontamentos, se faz necessário considerar que o conceito moderno de patrimônio, teve sua origem no contexto da Revolução Francesa (1789-1799), criado com a preocupação de vincular certas materialidades às identidades fixas que privilegiavam os interesses do Estado.

Os instrumentos que serviram como elementos para a constituição do conceito de identidade na França, foram segundo Carvalho (2011), reinterpretados e resignificados em outras localidades do mundo.

Para Bauman (2005), no processo de desenvolvimento de uma reflexão, torna-se necessário evidenciar que a identidade não se configura como um elemento inerte ou próprio aos indivíduos e suas comunidades, contrariamente “trata-se de uma invenção que nos permite criar consciências acerca do pertencimento”.

Embora a realidade dos dias atuais, estabeleça distancias consideráveis tanto do ponto de vista temporal, cultural e geográfico dos nacionalismos e imperialismos inerentes aos séculos XVIII, XIX e XX, conforme enfatiza Carvalho (2011), “ não é raro encontramos patrimônios culturais, materiais, ou imateriais, sendo utilizados como expressões reais de determinadas características dos povos ou identidades fixas e coesas”.

Este contexto, pode ser claramente identificado, quando a análise se volta para as identidades turísticas das cidade brasileiras, o que torna a questão muito instigante e ao mesmo tempo complexa. Assim, é mais do que adequado desenvolver um olhar crítico não apenas a respeito do modo como certos patrimônios são incorporados no estabelecimento de determinadas identidades locais e regionais, como essencialmente analisar os efeitos da ausência de uma política pública atuante - preocupada com a preservação e conservação desses patrimônios que estão sendo diluídos no tempo e no espaço.

A resistência em reconhecer as construções modernas ou relativamente novas como patrimônio passível de proteção, ocorrendo devido a sua relativa proximidade temporal com o presente e pela dificuldade em compreender o patrimônio como aquilo que representa uma referência cultural para a sociedade, independente do fato de ser mais antigo ou menos antigo.

Salvo alguns casos excepcionais pontuados pelo Brasil afora que praticamente desde sua construção são reconhecidos como patrimônio, apenas recentemente algumas ONGs ou entidades de classe tem tomado a iniciativa no sentido de obter reconhecimento e conferir importância a lugares ou edificações presentes no cenário urbano.

De outro lado, a grande dificuldade para vincular esses patrimônios às possibilidades de exploração pelo turismo ou consumo cultural, tão em moda nos dias de hoje, faz com que, tanto os poderes públicos Municipais quanto os Estaduais, apresentem menos interesse e disposição em preservá-los.

Paradoxalmente, quanto mais vínculos culturais, históricos e patrimoniais esses expoentes tiverem, menos interesse a sua preservação existirá, pois sua existência como elemento a ser preservado irá contra os interesses econômicos.

Assim, pode-se dizer que baseado na economia de lucro rápido, priorizam-se, como elementos centrais de regeneração do espaço urbano e redefinição da imagem das cidades, a preservação de exemplares mais antigos do patrimônio urbano bem como, de obras arquitetônicas tidas como “construções de griffe”.

Pode-se dizer que o alto investimento neste “turismo cultural”, que vem sempre associado a diversas modalidades de entretenimento, tem sido pautado em acordos políticos e econômicos, demonstrando inequívoco alinhamento entre interesses das instituições públicas e do mercado imobiliário.

No caso de cidades como Tupã, o fato de ter sido a última região aberta e colonizada do Estado de São Paulo e, portanto, a mais nova, contribuiu para uma maior vulnerabilidade das muitas obras modernas existentes. Nesta região, conhecida como Alta Paulista, diferentemente do que ocorreu em outras mais antigas, como o Vale do Ribeira, Mogiana, Sorocabana e Araraquarense, as ações voltadas à preservação e valorização da arquitetura só começaram a acontecer recentemente, através de intervenções de entidades de classe e principalmente, por meio de faculdades de arquitetura e urbanismo. Essa ação tardia ocasionou, e ainda ocasiona, a perda de um grande e significativo acervo. Ainda são poucos os edifícios modernos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou pelos Institutos estaduais e municipais.

Dois exemplos podem ser estudados em Tupã, contribuindo para entender os limites da preservação do patrimônio: a igreja matriz de São Pedro, projetada por um construtor e mestre de obra da própria cidade e o edifício da antiga estação rodoviária, que por muitos anos, representaram a pujança do desenvolvimento da cidade. O primeiro caso revela a fragilidade com que são tratados os ambientes históricos de um passado recente, mas de grande importância para comunidade, que por iniciativa de seu administrador, autorizou a reforma do edifício, sendo esta, realizada por um arquiteto local. Sem qualquer conhecimento de preservação e sem um estudo prévio sobre os elementos estéticos e

construtivos de valor material e imaterial que compõem o projeto de arquitetura da referida igreja, foi elaborada uma proposta de reforma com a preocupação de criar um cenário rico em detalhes característicos do Barroco Mineiro, embora sua linguagem original revele um arquitetura gótica de sutil beleza.

O segundo caso apresenta um total descaso ou desconhecimento dos gestores públicos locais, que embora usem como plataforma política a reforma e reutilização daquele espaço, esquecem-se de incluí-lo em projetos efetivos de suas gestões. Assim, as polêmicas desencadeadas por esses dois casos serão discutidas nessa breve reflexão.

CONCEITO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

As últimas décadas, se constituíram em momentos de especial relevância para ampliação do conceito de patrimônio e, por conseguinte da incorporação de uma nova visão das políticas públicas dedicadas a essa questão.

A partir dos anos 2000, em nosso país, dá-se início ao processo de elaboração dos registros do patrimônio imaterial, possibilitando ações afirmativas relacionadas à sua existência por parte do Estado.

Falar em preservação do patrimônio histórico e cultural é segundo Pesavento (2002) “compreender conceitos relativos ao uso dos espaços e sua relevância como lugares de memória”, é portanto, descrever certos espaços e certas temporalidades que acabam por ser sacralizados em determinados grupos nas sociedades urbanas. Esses lugares de memória assumem importantes significados por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos.

Segundo Sandra J. Pesavento (2002), memória, é a “presentificação de uma ausência no tempo, que se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado”.

Cada edificação carrega em si, não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados e vivenciados.

“Cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza em uma narrativa”, como bem salienta Sandra Pesavento (2002):

[...] uma cidade **inventa seu passado**, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbs sonha a si mesma. (Grifo da autora)

Vale destacar que o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte de coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente e do saber-fazer humano, ou seja, tudo aquilo que é produzido pelo homem ao transformar os elementos da natureza, adequando-os ao seu bem-estar.

Françoise Choay (2001,p.58), referindo-se ao patrimônio histórico, salienta:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou as dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

É natural do homem moderno olhar com desprezo às construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais deveriam ser demolidos para dar

lugar a edificações modernas e arrojadas, consideradas mais úteis ao desenvolvimento da cidade. Essa visão ou esse pensamento, impacta frontalmente a idéia de preservação, de valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada. O cuidado com os bens patrimoniais visa resguardar a memória, dando importância ao contexto e às relações sociais existentes em qualquer ambiente. Não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações cotidianas de seu viver.

A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, cotidiana, e mostrar os modos de vida de uma dada sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora. A conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para uma determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua vivência, de sua história.

Para Fonseca (1997), no mundo ocidental, o termo patrimônio histórico, onde o conceito adotado foca o monumento, a materialidade, aos poucos vem sendo substituído por um termo mais amplo, mais abrangente, o chamado patrimônio cultural, entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Essa nova forma de abordar o assunto enriqueceu a noção de patrimônio, englobando sob a mesma perspectiva as múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, particularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, os quais passaram, a partir daí, a ser valorizados pelas comunidades e organismos governamentais nas esferas local, estadual, nacional e até mesmo internacional.

O CASO DA MATRIZ DE SÃO PEDRO

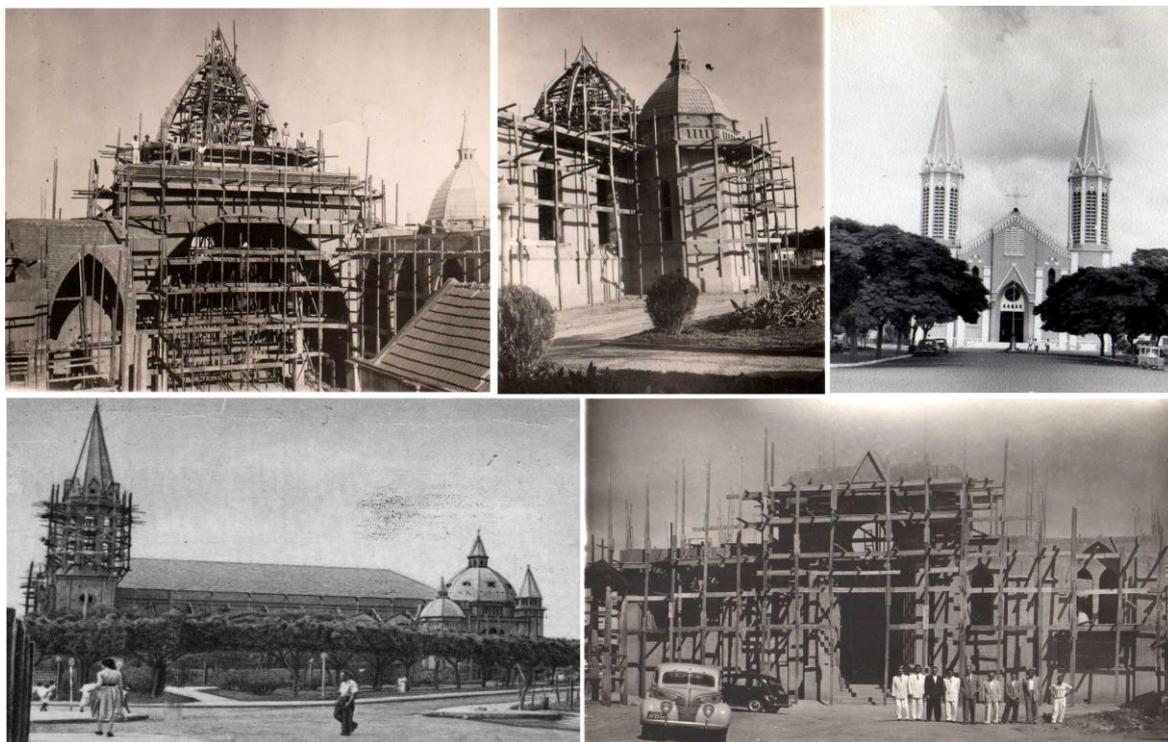


Ilustração 01: Construção da Matriz -1949

Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuie - Tupã

Por iniciativa do Monsenhor Afonso Rafner, pároco da Cidade de Tupã, teve início uma campanha no final de 1948, por ocasião da visita do Bispo da diocese de Marília, cidade vizinha, para a construção de uma nova igreja. Muito embora já houvesse uma pequena igreja no local, construída em 1929, época da abertura do traçado da cidade, a proposta do Monsenhor era demolir a antiga, dando lugar a uma nova e majestosa construção (Ilustração 01).

Sem qualquer questionamento por parte da população ou mesmo das autoridades, a proposta foi aceita imediatamente, iniciando-se a nova construção. Para não ficarem sem um local para as celebrações, os trabalhos da nova igreja foram iniciados em torno do antigo prédio.

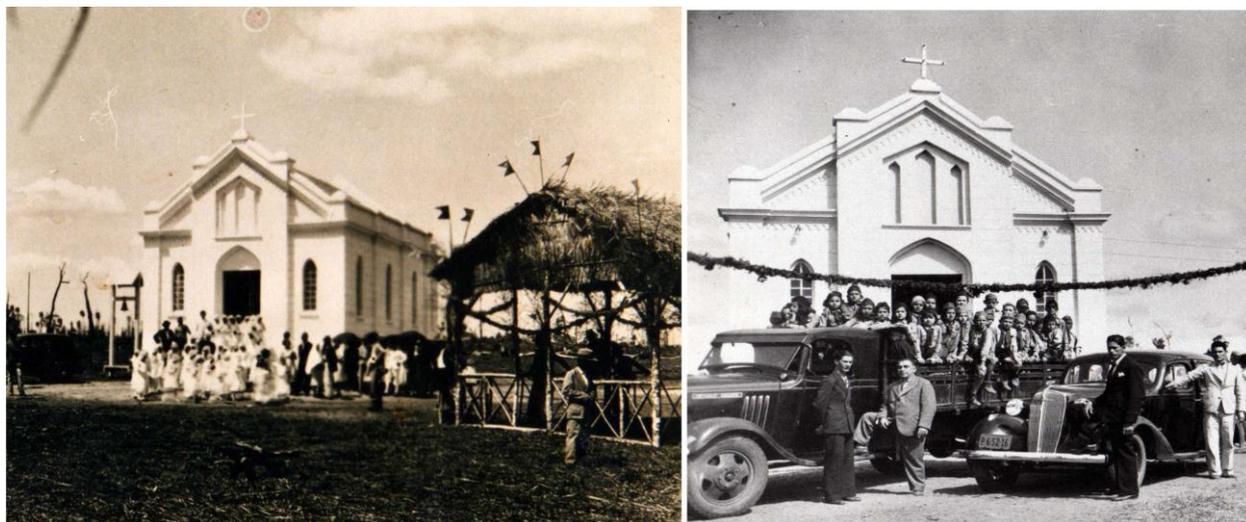


Ilustração 02: Igreja original – 1944

Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre - Tupã

Embora a primeira construção representasse a História da cidade recém nascida, localizada no marco central do traçado urbano, projetada e construída pelo próprio fundador, não foram elementos suficientes para mantê-la (Ilustração 02). A alegação inicial de que não havia espaço urbano para implantação da nova igreja, não era verdadeira, tão pouco o argumento de que se usaria parte das paredes da antiga igreja, procurando assim, baratear os custos.

Apesar de ter sofrido uma reforma ainda recente para a época, com a construção da torre e a instalação do sino, sob a administração do próprio Monsenhor um ano antes, o destino da primeira igreja mudou, sua demolição daria lugar a uma nova edificação.



Ilustração 03: Igreja original – reformada em 1948

Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre – Tupã

Com linhas retilíneas, sofrendo forte influência da época, observada também nas cidades circunvizinhas, o construtor e também desenhista, incumbido da criação do novo prédio, buscou modelo e inspiração nos elementos góticos e românicos (Ilustração 03). Muito embora houvesse uma liberdade de criação para o novo marco da cidade, seu criador também acabou emprestando elementos arquitetônicos da antiga igreja.

Com uma construção motivada pelo apelo de desenvolvimento e competição das cidades próximas, rapidamente a estrutura da matriz foi englobando literalmente a antiga

capela, e em poucos meses, não restava nada mais da primeira igreja edificada na cidade (Ilustração 04).

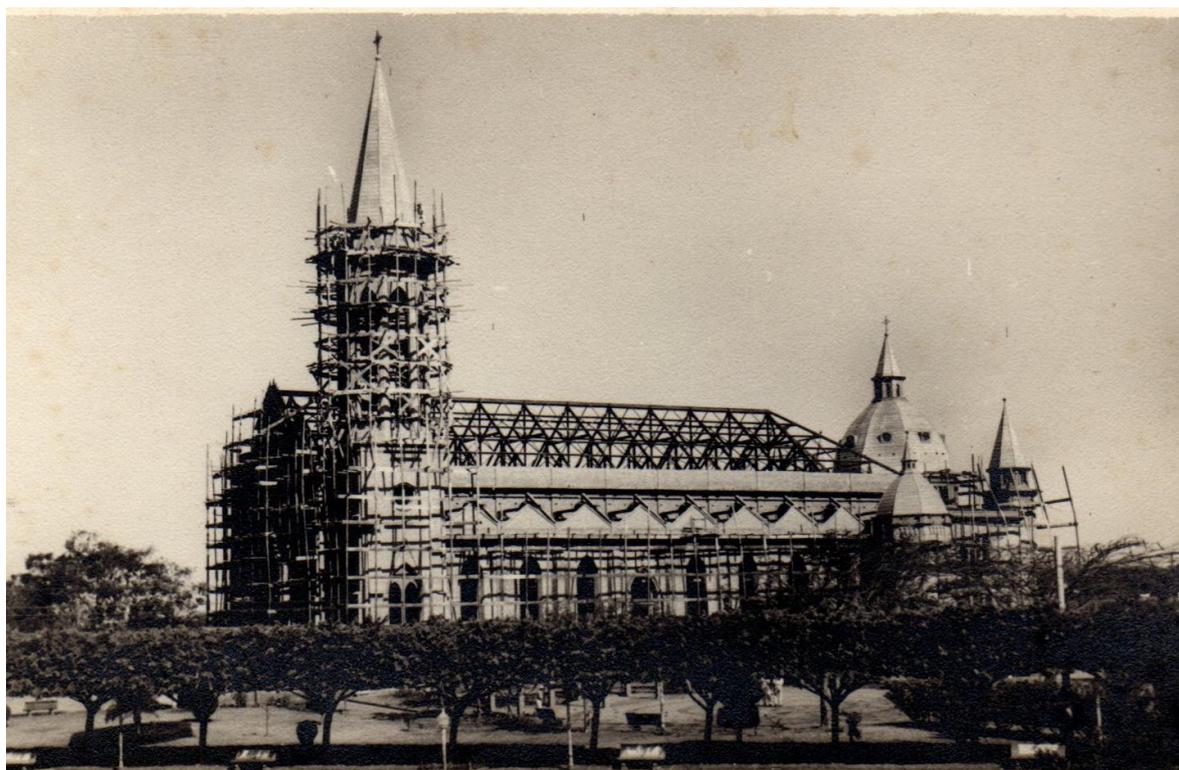


Ilustração 04: Matriz – término das torres - 1953

Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre - Tupã

Em seu interior, nem mesmo um marco de referência foi implantando para lembrar o prédio antigo. Suas janelas verticais receberam vitrais multicoloridos com motivos bíblicos, emoldurados por mármore branco. Os frontispícios das portas também receberam vitrais emoldurados com madeira peroba rosa. No piso foi aplicado ladrilho cerâmico de quatro cores, na dimensão 20x20cm. Escadas e soleiras foram revestidas de mármore branco, contrastando assim com o colorido ladrilho. Os pilares e paredes internas foram revestidos com mármore branco liso até a altura de 1,80m. Os lustres, em cristal bacará original, foram idealizados sob uma influência românica. O teto, por dificuldades

econômicas, mas principalmente pela falta de tempo ou impaciência de seu mentor, acabou recendo forro pacote em placas, encobrindo assim, o teto ogival tão característico das igrejas da idade média.

Externamente, a matriz retratou o estilo românico com suas paredes desprovidas de detalhes e com pintura em cal virgem branca, quebrado apenas pelos vitrais em suas janelas e portas e em suas rosáceas sobre os frontispícios das portas e no respaldo da alvenaria. Seu volume apresenta as abóbodas das naves do altar central e laterais. Ladeando sua entrada principal, duas torres despontam com pináculos de acabamento, abrigando os sinos e campanário.



Ilustração 05: Matriz – 2010
Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre - Tupã

Em 1999, por ocasião dos festejos dos cinquenta anos do início da construção da Matriz, foi aventado a necessidade de reforma geral na igreja, buscando restaurar sua fachada e seu interior, complementando aquilo que havia deixado de ser realizado na época de sua inauguração (Ilustração 05).

A reforma foi iniciada com ajuda da comunidade, sendo um arquiteto local o idealizador das reformas e adequações. Buscando atender as reivindicações do Padre, o projeto contemplou uma efusiva transformação em seu interior, nada lembrando aquilo que

um dia havia sido projetado. Em virtude do processo de reforma ter acontecido de forma lenta, conduzido ao longo de uma década, acabou sendo assimilado pela população e até mesmo aceita de maneira passiva pelos gestores públicos e entidades de classe, os quais deveriam manifestar sua concordância ou não, com as devidas alterações.

Embora os resultados decorrentes da intervenção do ponto de vista estético, tenham apresentado resultados satisfatórios, seu interior, vem sofrendo uma descaracterização do estilo gótico e românico original, dando lugar a um estilo que lembra o Barroco Mineiro.

A começar pelo seu piso, que em lugar do ladrilho cerâmico artesanal e raro, foi substituído por granito. As soleiras e degraus externos que outrora haviam sido confeccionados em mármore branco, também foram substituídos por granito (Ilustrações 06 a 09).

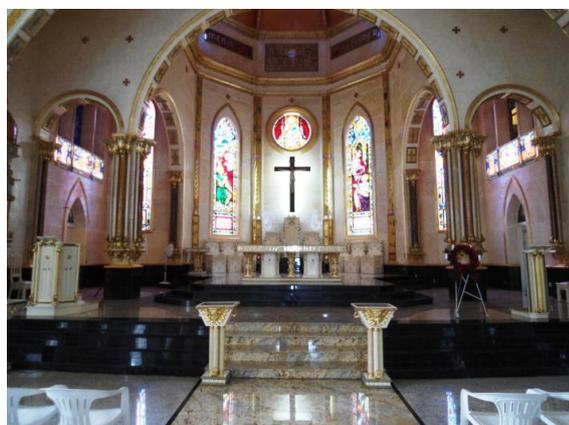


Ilustração 06: Altar – 2012

Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre - Tupã

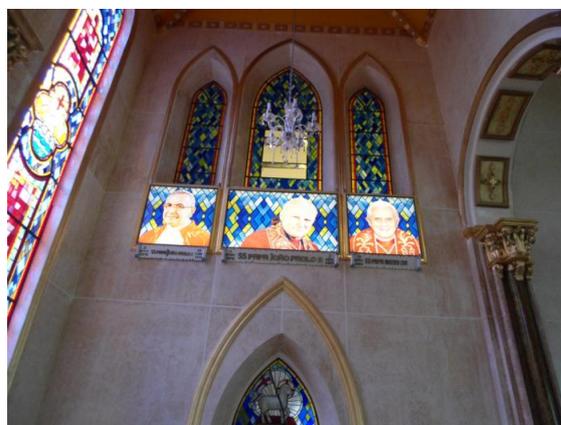


Ilustração 07: Vitrais – 2012

Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre - Tupã

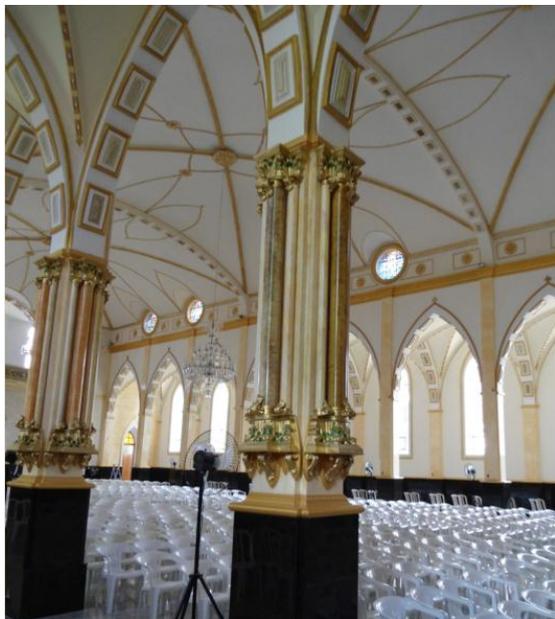


Ilustração 08: Colunas – 2012

Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre - Tupã



Ilustração 09: Colunas – 2012

Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre - Tupã

Os altares central e lateral foram maquiados com adereços barrocos e efeitos maneiristas, inclusive com mão de obra vinda das terras mineiras. A profusão de douração e foleação a ouro, com volutas e pinhas craqueladas e colunas encimadas por capitéis se misturam as originais colunas retilíneas e espartanas, dificultando ao observador uma visualização do que foi o original. As ogivas laterais, agora reformadas, acabaram recebendo pintura dourada em suas arestas, lembrando uma mistura de Barroco e Mourístico.

Passados doze anos, as obras estão chegando ao fim, ou pelo menos, ao que parece ser, e pode-se dizer com certeza que foi executado um belíssimo trabalho artesanal, difícil de ver nos dias de hoje e que eram tão comum no Brasil colonial.

Mas podemos dizer que o objetivo foi atingido? Foi restaurado e completado aquele projeto da Matriz, feito em 1948? Podemos afirmar que preservamos a memória desta construção? Ou ainda, parte da história da cidade, um de seus marcos principais foi preservado?

A demolição da antiga “igrejinha” passando pelas sucessivas reformas e chegando a esta última grande reforma, foram alterados os elementos básicos, a essência do original, perdendo ao longo do tempo a história do prédio e muito mais, a história de um povo que viveu nestes espaços.

O CASO DA ANTIGA RODOVIÁRIA DA CIDADE



Ilustração 10: Antiga Rodoviária – 1951
Fonte: Acervo do Museu Índia Vanuíre

Em franco desenvolvimento, Tupã foi na década de 50 a cidade que mais cresceu no país. Decorrente de uma agricultura pujante, a cidade atraiu imigrantes de diversas partes do Brasil e do mundo. Assim, no final da década de 40, a rodoviária improvisada cinco anos antes não estava atendendo as necessidades do grande movimento de ônibus que chegavam e saíam todos os dias. Tentando solucionar tal problema, os gestores públicos deram início ao projeto de um prédio para abrigar a novo empreendimento (Ilustração 10).

Este projeto foi idealizado por um construtor tupãense que procurou dentro de uma visão inovadora e prospectiva, criar um espaço de abrigo para os novos e maiores ônibus, próprio para embarque e desembarque de passageiros, coisa rara naqueles tempos. Além dos espaços de guichês de vendas de passagem e encomendas destinado a nova rodoviária, também seria contemplado com um grande mercado, onde passageiros e toda a população poderiam circular livremente e comprar ou trocar mercadorias.

O projeto contava com comércio, restaurantes, bares, e serviços, além de sanitários e outros elementos importantes para o complexo. Sua edificação teve início em 1950, sendo inaugurado em 1952. Com fachada moderna, platibandas, marquises e telhado em estrutura de madeira em arco, apresentando lanternim de ventilação no teto, o projeto se destacou das construções a sua volta, tornando-se uma referência, não apenas para o local, bem como para a região (Ilustrações 11 e 12).

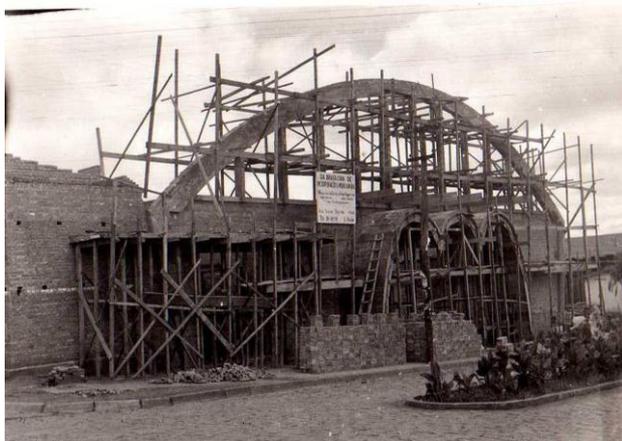


Ilustração 11: Construção da antiga Rodoviária – 1951

Fonte: Acervo do Museu índia Vanuíre – Tupã



Ilustração 12: Construção da antiga Rodiária

Fonte: Acervo do Museu índia Vanuíre – Tupã

Durante dezoito anos, o prédio atendeu as necessidades da cidade, sendo substituído posteriormente por uma nova rodoviária, quando os novos ônibus passaram a exigir espaços de manobras maiores, novas dimensões dos vãos da entrada e saída ou seja, um layout diferenciado – apto a atender as demandas em constantes mudanças.

A partir desse novo contexto, o prédio passou a abrigar a rodoviária intermunicipal, com os ônibus menores e portanto próprios para o uso do local.

Concomitantemente à mudança da rodoviária fazendo concorrência ao mercado, surgiram as feiras livres de rua, que embora improvisadas, ficavam mais próximas dos consumidores.

A partir deste novo cenário, iniciou-se o declínio das diversas atividades desenvolvidas no prédio que outrora havia sido o orgulho dos moradores da cidade (Ilustrações 13 a 16).



Ilustração 13: Edifício da antiga Rodoviária
Acervo- SEPLIN-2012



Ilustração 14: Edifício da antiga Rodoviária
Acervo- SEPLIN-2012



Ilustração 15: Edifício da antiga Rodoviária
Fonte: Acervo –SEPLIN



Ilustração 16: Edifício da antiga Rodoviária
Fonte: Acervo –SEPLIN

Atualmente, o prédio encontra-se fechado, sendo que algumas das salas e salões comerciais externos ainda estão desenvolvendo atividades comerciais de pouca expressividade.

Parte deste edifício encontra-se deteriorado, servindo de abrigo para sem tetos e desocupados o que acaba gerando vandalismo em suas instalações.

Nos últimos vinte anos, a recuperação e o reuso deste prédio vem sendo utilizado como plataforma política por vários candidatos a vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, os quais manifestaram interesse em recuperá-lo em razão de sua importância aos cidadãos tupãenses, entretanto, pouco ou quase nada ainda foi feito (Ilustração 17).



Ilustração 17 - Edifício da antiga Rodoviária

Fonte: Acervo-SEPLIN-2012

Localizado no centro da cidade, junto a avenida central, este marco histórico já foi palco de inúmeros projetos de revitalização nos cursos de arquitetura e urbanismo existentes na cidade e região, entretanto, cabe ao poder público tomar a iniciativa de uma efetiva reforma e reutilização, procurando preservar suas características originais, adaptando-o para novas formas de uso e acima de tudo, com a preocupação de evitar a interferência inescrupulosa de agentes privados, vinculados a atividades especulativas, que em muitas situações acabam por convencer o Legislativo, o Executivo e a própria população de que este prédio deva ser demolido para dar lugar a uma nova proposta de uso e ocupação, com a implantação de majestoso edifício comercial ou residencial (Ilustração 18).



Ilustração 18: Edifício da antiga Rodoviária – tupã
Fonte: Acervo SEPLIN

Este risco não é um mero devaneio ou uma hipótese ilusória, prédios como estes, que pertencem a comunidade, aos valores morais e históricos de seus moradores e estão espalhados por muitas cidades brasileiras e dia após dia, vemos por meio de ações específicas serem “tombados” não no sentido de preservá-los mas no sentido de dar lugar a uma nova construção de caráter puramente exploratório imobiliário.

CONCLUSÃO

Os exemplos acima descritos revelam-nos algumas das principais dificuldades enfrentadas para se propor a proteção de nossos bens culturais, de nossa arquitetura recente. Estas dificuldades vão do reconhecimento do prédio como patrimônio histórico a fim de que este não esteja sujeito à especulação imobiliária do lugar em que foi implantado no tecido urbano, ou seja, a valorização decorrente de sua localização.

Porém, elas incluem ainda outras questões, bastante complexas, que se sobrepõe ao interesse comum, e que leva ao convencimento de que é preciso perder parte de nossa história para poder crescer, o que conduz e satisfaz a interesses político-econômicos partilhados pelo poder público e pelo mercado imobiliário, afrontando um dos princípios essenciais da cidade – sua a função social, essência do Direito a Cidade na amplitude que o caracteriza.

O caso da Matriz de São Pedro, localizado na cidade de Tupã, interior do Estado de São Paulo, representa um inegável retrocesso no processo de valorização do patrimônio moderno, que apesar dos esforços e boa intenção que pautaram o processo de reforma, faltou uma orientação e talvez uma intervenção por parte dos técnicos evitando com isto, perdas de parte do patrimônio e abrindo possibilidades para outras reformas ou alterações desastrosas que poriam em perigo todo o conjunto histórico de nossa arquitetura, de nossa história.

O caso da Antiga Rodoviária e Mercado Municipal, também situados no centro urbano da cidade de Tupã, representam a negligência do poder público, a ausência de consciência da própria sociedade frente a relevância dos bens patrimoniais,

especificamente com relação a um equipamento urbano de, no mínimo, grande importância histórica e social local.

Os dois casos apresentados poderiam estar em cenários diferentes, em cidades maiores ou menores, em capitais, ou ainda, em cidades históricas, poderiam ainda estar representadas por patrimônios diversos e até em patrimônios naturais, o que importa realmente, é que refletem a construção de uma história com base em escolhas que resumem a cidade, à invenção e destruição de tradições e patrimônios, à espetacularização e ao consumo.

Assim, diante de perdas significativas dia a dia acontecendo, impõe-se a necessidade de reavaliar essas escolhas, reinventando novas relações entre patrimônio, sociedade, cidade, cultura e história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, N.G. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, n.23, p. 94-115, 1994.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. Unesp, 2001.

FERRARA, L. D. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 37.

MENESES, U. B. **O patrimônio cultural entre o público e o privado**. In: DPH / Sec. Municipal da Cultura de São Paulo. O direito à memória. São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Denis (Org.). **Manual de Metodologia de Bens simbólicos**. São Paulo. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço**. ArtCultura, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 29, 2002.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987**. São Paulo: Unesp: Fapesp, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEMERARO, Giovanni. **Filosofia da práxis e (neo) pragmatismo**. Revista Brasileira de Educação número 29. Universidade Federal Fluminense. 2005.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. Geosp, São Paulo, v. 19, p. 93-111, 2006.